

# **Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial**

## **Banco Société Générale Brasil S.A. – Institui o Líder do Conglomerado Prudencial**

31 de dezembro de 2018

com relatório do auditor independente sobre as demonstra es financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

## **Banco Société Générale Brasil S.A.**

Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

31 de dezembro de 2018 e 2017

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras..... 1

#### Demonstrações financeiras auditadas

Balancos patrimoniais ..... 4

Demonstrações do resultado ..... 6

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido ..... 7

Demonstrações dos fluxos de caixa ..... 8

Notas explicativas às demonstrações financeiras ..... 9



São Paulo Corporate Towers  
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - Torre Norte  
São Paulo - SP - Brasil  
CEP 04543-011

Tel: (5511) 2573-3000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Aos  
Acionistas e aos Administradores do  
**Banco Société Générale Brasil S.A.**

### **Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Société Générale Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

### **Base para opinião com ressalva**

A controlada SG Equipment Finance S.A. – Arrendamento Mercantil registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência de depreciação, classificada no ativo permanente (nota explicativa 3). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº. 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante, realizável a longo prazo e rendas de arrendamento, mas resultam na adequada apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Outros assuntos**

O Banco Société Générale Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às institui es autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modifica es, em 18 de fevereiro de 2019.

### **Outras informa es que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor**

A administra o do Banco   responsável por essas outras informa es que compreendem o Relatório da Administra o.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administra o e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade   a de ler o Relatório da Administra o e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distor o relevante no Relatório da Administra o, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de março de 2019.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Emerson Morelli', is written over the text of the auditor's name and registration number.

Emerson Morelli  
Contador CRC- 1SP249401/O-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	2018	2017
CIRCULANTE		27.213.120	11.569.391
Disponibilidades	5	66.807	37.059
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	9.333.575	5.226.914
Aplicações no mercado aberto		9.332.515	5.226.914
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.060	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	1.578.746	1.118.627
Carteira própria		484.512	708.022
Vinculados à prestação de garantias		891.822	176.349
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	202.412	234.256
Relações interfinanceiras		1.501	1.294
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil		209	288
Créditos vinculados - Correspondentes		1.292	1.006
Operações de crédito		572.540	163.804
Operações de crédito - setor privado	9.a	575.063	166.009
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	11	(2.523)	(2.205)
Operações de arrendamento mercantil	10	(11.554)	(6.122)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado		277.918	334.019
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor público		(275.921)	(331.265)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado		56.894	52.754
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público		(56.894)	(52.516)
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	11	(13.551)	(9.114)
Outros créditos		15.670.512	5.025.087
Carteira de câmbio	12	15.282.788	4.934.351
Rendas a receber		475	260
Negociação e intermediação de valores	8	-	5
Diversos	13.a	401.913	110.591
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	11	(14.664)	(20.120)
Outros valores e bens		993	2.728
Outros valores e bens		280	2.558
Provisão para desvalorização de outros valores e bens		-	(1)
Despesas antecipadas	14	713	171



REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		3.414.597	3.436.692
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	1.959	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.959	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	655.756	602.664
Carteira própria		8.229	194.256
Vinculados à prestação de garantias		290.965	111.764
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	356.562	296.644
Operações de crédito		159.763	341.507
Operações de crédito - setor privado	9.a	159.763	341.507
Operações de arrendamento mercantil	10	(13.928)	(15.521)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado		323.615	573.657
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor público		(323.615)	(573.657)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado		2.574	54.893
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público		(2.574)	(54.893)
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	11	(13.928)	(15.521)
Outros créditos		2.609.929	2.506.570
Carteira de câmbio	12	2.066.879	2.046.877
Diversos	13.a	543.050	459.693
Outros valores e bens		1.118	1.472
Despesas antecipadas	14	1.118	1.472
PERMANENTE		641.238	943.667
Investimentos		20	21
Outros investimentos		20	21
Imobilizado de uso		3.287	4.254
Imóveis de uso		-	3
Outras imobilizações de uso		12.965	13.939
Depreciações acumuladas		(9.678)	(9.688)
Imobilizado de arrendamento		637.714	939.138
Bens arrendados		1.106.502	1.330.218
Superveniências de depreciações		170.967	156.095
Perdas de arrendamento a amortizar		89.070	95.558
Depreciações acumuladas		(677.291)	(596.957)
Amortização de perdas de arrendamento		(51.534)	(45.776)
Intangível		217	254
Outros ativos intangíveis		659	607
Amortização acumulada de outros intangíveis		(442)	(353)
TOTAL DO ATIVO		31.268.955	15.949.750

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

<u>PASSIVO</u>	Nota explicativa	2018	2017
<b>CIRCULANTE</b>		<b>26.423.156</b>	<b>11.054.854</b>
Depósitos	17	423.690	465.624
Depósitos à vista		6.185	13.085
Depósitos interfinanceiros		-	152.805
Depósitos a prazo		417.505	299.734
Captações no mercado aberto	18	563.374	1.078.043
Carteira de Terceiros		445.109	801.959
Carteira de Livre Movimentação		118.265	276.084
Relações interdependências		6.232	70.126
Recursos em trânsito de terceiros		6.232	70.126
Obrigações por empréstimos e repasses	19	10.219.981	4.674.903
Empréstimos no País		2.112	2.055
Empréstimos no exterior		10.216.403	4.672.204
Repasses do exterior		157	185
Repasses do País		1.309	459
Instrumentos financeiros derivativos		294.471	227.973
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	294.471	227.973
Outras obrigações		14.915.408	4.538.185
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		116	12
Carteira de câmbio	12	14.672.455	4.301.455
Fiscais e previdenciárias	13.b	88.410	152.671
Negociação e intermediação de valores	8	63.844	11.707
Diversas	13.c	90.583	72.340
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>3.482.584</b>	<b>3.554.201</b>
Depósitos	17	8.977	140.674
Depósitos a prazo		8.977	140.674
Obrigações por empréstimos e repasses	19	395.831	648.810
Empréstimos no País		3.128	5.239
Empréstimos no exterior		392.200	638.829
Repasses do exterior		-	141
Repasses do País - FINAME		503	4.601
Instrumentos financeiros derivativos		470.711	269.996
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	470.711	269.996
Outras obrigações		2.607.065	2.494.721
Carteira de câmbio	12	2.153.626	2.028.228
Fiscais e previdenciárias	13.b	51.592	68.388
Diversas	13.c	401.847	398.105

RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	20	11.165	23.173
Resultado de exercícios futuros		11.165	23.173
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	1.352.050	1.317.522
Capital social		2.956.929	2.956.929
Reserva de capital		2.294	2.294
Ajustes de avaliação patrimonial		9.474	6.878
Prejuízos acumulados		(1.616.647)	(1.648.579)
TOTAL DO PASSIVO		31.268.955	15.949.750

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E  
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Em milhares de R\$, exceto lucro (prejuízo) por ação

	Nota explicativa	2º semestre	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		431.917	2.051.611	1.209.754
Operações de crédito		38.733	63.006	37.795
Operações de arrendamento mercantil		210.085	455.227	506.609
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		275.909	527.356	665.350
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(92.810)	1.006.022	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(354.246)	(1.841.338)	(941.352)
Operações de captações no mercado		(45.929)	(90.980)	(201.498)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		-	-	8.198
Operações de arrendamento mercantil		(168.095)	(353.623)	(391.661)
Operações de empréstimos e repasses		17.562	(1.187.847)	(361.985)
Resultado de operações com câmbio		(153.075)	(200.724)	288.584
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		-	-	(268.355)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	(148)	(146)	(1.327)
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	11	(4.956)	(8.666)	(4.636)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	11	395	648	(8.672)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		77.671	210.273	268.402
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(125.019)	(211.245)	(239.301)
Receitas de prestação de serviços		5.188	19.665	15.935
Rendas de tarifas bancárias		29	62	37
Resultado de participações em controladas e coligada	16	-	-	(99.784)
Despesas de pessoal		(66.576)	(123.868)	(83.760)
Outras despesas administrativas	24	(39.659)	(77.381)	(63.870)
Despesas tributárias		(10.889)	(25.595)	(18.288)
Outras receitas operacionais	25	61.178	105.666	68.308
Outras despesas operacionais	26	(74.290)	(109.794)	(57.879)
RESULTADO OPERACIONAL		(47.348)	(972)	29.101
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		4.702	14.125	3.769
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		(42.646)	13.153	32.870
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22	(3.121)	20.168	(70.305)
Provisão para imposto de renda corrente		(9.116)	(1.756)	(33.017)
Provisão para contribuição social corrente		(10.823)	(11.785)	(29.955)
Imposto diferido		16.818	33.709	(7.333)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO RESULTADO		-	(1.389)	(1.543)
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		(45.767)	31.932	(38.978)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		2.956.929	2.018	2.924	(1.609.572)	1.352.299
Ajuste de Lucros e Prejuízos de exercícios anteriores em controladas- Banco Pecúnia S.A.		-	-	-	(17)	(17)
Plano de pagamento baseado em ações						
-Controlador		-	206	-	-	206
-Controladas		-	70	-	-	70
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	3.954	(12)	3.942
Prejuízo do exercício		-	-	-	(38.978)	(38.978)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>2.956.929</u>	<u>2.294</u>	<u>6.878</u>	<u>(1.648.579)</u>	<u>1.317.522</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>2.956.929</u>	<u>2.294</u>	<u>6.878</u>	<u>(1.648.579)</u>	<u>1.317.522</u>
Plano de pagamento baseado em ações						
-Controlador		-	(71)	-	-	(71)
-Controladas		-	71	-	-	71
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	2.596	-	2.596
Prejuízo do exercício		-	-	-	31.932	31.932
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>2.956.929</u>	<u>2.294</u>	<u>9.474</u>	<u>(1.616.647)</u>	<u>1.352.050</u>
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018		<u>2.956.929</u>	<u>2.187</u>	<u>7.826</u>	<u>(1.570.880)</u>	<u>1.396.062</u>
Plano de pagamento baseado em ações						
-Controlador		-	89	-	-	89
-Controladas		-	18	-	-	18
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	1.648	-	1.648
Lucro líquido do semestre		-	-	-	(45.767)	(45.767)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>2.956.929</u>	<u>2.294</u>	<u>9.474</u>	<u>(1.616.647)</u>	<u>1.352.050</u>

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Em milhares de reais)

	2º semestre	2018	2017
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido/(Prejuízo) do semestre/exercício	(45.767)	31.932	(38.978)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa	1.358.286	2.730.550	223.564
Depreciações e amortizações	149.459	320.772	372.330
(Superveniência) Insuficiência de depreciação	4.187	(14.872)	(17.948)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	148	156	(217)
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	4.956	8.404	4.636
Provisão (reversão) para perdas com outros créditos	(395)	(395)	8.672
Atualização de depósitos judiciais	(7.721)	1.240	(25.778)
Constituição (reversão) de provisão para riscos	14.046	14.046	(86.938)
Impostos diferidos	(16.818)	(33.709)	11.726
Reversão para desvalorização de outros valores e bens	(1)	(1)	(128)
Variação cambial de operações de crédito e empréstimos	1.208.670	2.432.313	(97.701)
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação	1.648	2.596	3.925
Incorporação de controladas	-	-	56.201
Provisão (reversão) para pagamento de plano de ações	107	-	276
Baixa por obsolescência	-	-	265
Perda na venda de imobilizado	-	-	60
Resultado de participação em controladas	-	-	(5.817)
Lucro líquido ajustado/(Prejuízo)	1.312.519	2.762.482	184.586
<b>Variação de ativos e obrigações</b>			
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez	(3.880.922)	(4.098.438)	(1.422.274)
Aumento em títulos e valores mobiliários	(491.137)	(485.137)	(383.843)
Aumento em operações de arrendamento mercantil	(426)	(4.565)	(7.834)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras e interdependências	(13.527)	(74.069)	39.402
Aumento em operações de crédito	(13.389)	(227.148)	(703.468)
Aumento em outros créditos	(5.437.105)	(8.850.016)	(93.577)
(Aumento) redução em despesa antecipada	285	(188)	319
(Aumento) redução em outros valores e bens	3.839	2.277	(184)
Aumento (redução) em depósitos	69.722	(173.631)	(112.167)
Aumento no mercado aberto	3.322.784	3.144.096	1.530.520
Aumento em obrigações por empréstimos	2.692.525	3.004.910	2.184.245
Aumento em outras obrigações	5.860.689	8.464.279	36.454
Aumento em instrumentos financeiros derivativos	21.945	239.139	314.685
Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros	(4.906)	(12.008)	242
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	3.442.896	3.691.983	1.567.106
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisição de investimentos	-	1	-
Alienação de investimentos	-	-	53.001
Aquisição de imobilizado de uso	(839)	(1.068)	(6.107)
Alienação de imobilizado de uso	70	102	181
Aquisição de imobilizado de arrendamento mercantil	(27.585)	(119.973)	(450.603)
Alienação de imobilizado de arrendamento	22.912	117.520	128.882
Aquisição de intangível	(52)	(52)	(177)
Alienação de outros investimentos	-	-	4
Outros	-	-	13
Caixa líquido (utilizado)/proveniente das atividades de investimento	(5.494)	(3.470)	(274.806)
<b>AUMENTO/(REDUÇÃO) DO CAIXA NO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>3.437.402</b>	<b>3.688.513</b>	<b>1.292.300</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>4.856.417</b>	<b>4.605.306</b>	<b>3.328.204</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>8.293.819</b>	<b>8.293.819</b>	<b>4.620.504</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco” ou “Instituição”), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimentos. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil (“Conglomerado” ou “Consolidado”). O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

O suporte das operações do Banco a empresa controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil vem sendo realizadas através de aportes de capital e empréstimos no exterior com o Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França).

A partir da decisão do Grupo Société Générale de focar suas atividades no Brasil em clientes corporativos e institucionais, e encerrar suas operações de crédito ao consumo de pessoas físicas, o Banco Pecúnia S.A. foi vendido a Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de maio de 2017 pelo valor total de R\$ 53.300. Esta alienação foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2017. O Banco Pecúnia S.A. não faz mais parte do conglomerado financeiro a partir desta data. O Banco Cacique S.A. foi incorporado pelo Banco em 02 de outubro de 2017 pelo seu valor contábil. Esta incorporação foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2017. O acervo incorporado, na data de referência, estava composto por:

BALANÇO PATRIMONIAL DO BANCO CACIQUE S.A. LEVANTADO EM 02 DE OUTUBRO DE 2017  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE	370.369	CIRCULANTE	208.836
Disponibilidades	537	Depósitos	208
Aplicações interfinanceiras de liquidez	252.534	Depósitos à vista	208
Aplicações no mercado aberto	252.534	Outras obrigações	208.628
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	28.746	Fiscais e previdenciárias	1.114
Vinculados à prestação de garantias	28.746	Diversas	207.514
Relações interfinanceiras	964		
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil	18		
Créditos vinculados - Correspondentes	946		
Outros créditos	87.123		
Diversos	91.787		
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(4.664)		
Outros valores e bens	465		
Outros valores e bens	465		
PERMANENTE	30	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	161.563
Imobilizado de uso	30	Capital social	809.578
Imóveis de uso	10	Reserva de capital	996
Outras imobilizações de uso	73	Ajustes de avaliação patrimonial	7
Depreciações acumuladas	(53)	Lucros/(Prejuízos) acumulados	(649.018)
TOTAL DO ATIVO	370.399	TOTAL DO PASSIVO	370.399

A Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários foi incorporada pelo Banco em 01 de dezembro de 2017 pelo seu valor contábil. Esta incorpora o foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2017. O acervo incorporado, na data de referência, estava composto por:

BALANÇO PATRIMONIAL DA SOCIETE GENERALE S.A. CORRETORA DE CÂMBIO,  
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, LEVANTADO EM 01 DE DEZEMBRO DE 2017  
LEVANTADO EM 01 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>		<u>PASSIVO</u>	
CIRCULANTE	105.555	CIRCULANTE	15.218
Disponibilidades	2.902	Outras obriga�es	15.218
Outros créditos	102.653	Fiscais e previdenciárias	5.217
Diversos	102.653	Diversas	10.001
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	90.337
		Capital social	90.415
		Reservas de lucros	803
		Lucros/(Prejuízos) acumulados	(881)
TOTAL DO ATIVO	<u>105.555</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>105.555</u>

## 2. APRESENTA O DAS DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstra es financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instru es do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Institui es do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstra es financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas conforme princípios de consolida o emanados da legisla o societária brasileira e abrangem em dezembro de 2018 o Banco Société Générale Brasil S.A. (líder do conglomerado) e sua controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, cuja elabora o das demonstra es financeiras individuais   de responsabilidade direta de cada empresa, sendo a consolida o geral elaborada pelo líder do Conglomerado. As demonstra es financeiras são elaboradas de forma consolidada do Conglomerado Prudencial.

As demonstra es contábeis consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolu o n  4.280 de 31 de outubro de 2013 CMN e Circular n  3.701 de 31 de março de 2014 do Banco Central do Brasil (BACEN) que, estabelecem procedimentos para a elabora o, a divulga o e a remessa ao BACEN destas demonstra es.

Estas demonstra es financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 28 de fevereiro de 2019.

## 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### a) Apura o do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira.



As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira e aplicações em ouro, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelas instituições para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução CMN nº. 3.604/08.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os títulos classificados como “para negociação” e “disponíveis para venda” são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços .

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “para negociação” são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “disponíveis para venda” são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquido dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de “swap”, de futuros, opções e operações a termo e, são avaliados de acordo com os seguintes critérios:

- Operações de “swap” - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período. Certos contratos de “swap” foram contratados em negociação associada a operações de crédito e, conforme permitido pelo BACEN, não foram ajustados ao valor de mercado;

- Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa;
- Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito na data da aquisição, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos; e
- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo até o exercício, agregando os custos inerentes ou transferido o valor total dos prêmios quando do não exercício para o resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria "hedge" de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.
- Para aqueles classificados na categoria "hedge" de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

e) Operações de crédito, operações de arrendamento e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda).

As rendas das operações de crédito e de arrendamento mercantil vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "rating" em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

f) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta de "Rendas a apropriar de arrendamento

mercantil”. As contraprestações de arrendamento são registradas como receitas da intermediação financeira pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável.

As perdas de arrendamento a amortizar correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente as perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica de “Bens arrendados”.

g) Valores residuais garantidos

Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de “Valores residuais a realizar”, tendo como contrapartida a rubrica de “Valores residuais a balancear”.

h) Superveniência ou insuficiência de depreciação

Na apuração do resultado do exercício é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos a receber, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e operações de arrendamento, registrando-se a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa, ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é creditada no resultado e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa, tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido.

i) Carteira de câmbio

As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases “pró-rata” dia, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

j) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

k) Investimentos

- As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;
- As ações da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, obtidas através da transformação da Cetip – Câmara de Liquidação e Custódia em sociedade anônima, registradas ao valor de custo; e
- Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

l) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

m) Depreciações

- Imobilizado de uso - são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, com as seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados 20%, imóveis de uso 4% e demais contas 10%; e
- Imobilizado de arrendamento - é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de despesas da intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil.

n) Diferido

É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou de vigência dos contratos de aluguel.

o) Intangível

No Consolidado, inclui gastos com softwares ao custo de aquisição ou formação, cuja amortização é feita pelo método linear pelo prazo de vigência das licenças de uso para os softwares.

p) Valor de recuperação dos ativos

Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

q) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.

r) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base “pro rata” dia.

s) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente; e
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

t) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei no 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

u) Mensuração a valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

v) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos riscos fiscais e obrigações legais e recuperação de ativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

w) Pagamento baseado em ações

O Grupo Société Générale (França) oferece como parte da remunera o variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em a es.

Os planos são reconhecidos como despesa pessoal pr -rata ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transa o seja liquidada em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquida o seja efetuada em dinheiro.

#### 4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condu o dos negócios está estabelecido na RAS (Risk Appetite Statement) para o conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil, de acordo com a natureza das opera es e com a complexidade dos produtos, serviços e atividades, e em conformidade com a Res.4557/17 do CMN. Os

indicadores de todos os tipos de risco são produzidos e formalmente reportados pelas unidades especializadas na gestão de cada tipo de risco, de forma independente das unidades de negócios.

A área de Gestão Integrada dos Riscos monitora estes indicadores para garantir que a exposição no ultrapassee os limites e as métricas estabelecidas na RAS, e reporta eventuais excessos ao CRO e à Alta Administração.

A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco. O processo de gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada e consolidada no Brasil pelo Banco Société Générale Brasil S.A.

O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital requerido pela Resolu o 4.557 está disponível no endereço eletr nico [www.sgbrasil.com.br](http://www.sgbrasil.com.br)

#### I. Risco de crédito

Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito do Banco   um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferi o e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das opera es efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados   análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentra o, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira.

#### II. Risco de mercado

A  rea de Risco de Mercado utiliza metodologias e modelos condizentes com a realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas do Banco com agilidade, transparência e alto grau de confiança.   a área responsável pela implementa o da estrutura de risco de mercado no Banco, sendo independente das áreas de negócio, com fun es específicas, responsabilidades claramente definidas e instrumentos apropriados que lhe possibilitam a identifica o, a avalia o, o monitoramento e o controle dos riscos, estabelecendo padrões e procedimentos de gestão de risco em conformidade com as recomenda es do BACEN. Além disso, possui os recursos humanos adequados para estruturar o processo de gerenciamento de risco, em conformidade com normas internas e externas. Essa  rea informa a Administra o sobre a exposi o aos riscos de mercado e divulga as informa es sobre o risco de mercado aos órgãos reguladores, bem como as linhas de negócios internas e externas.

#### III. Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquida o de direitos e obriga es, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das opera es.

#### IV. Risco operacional

A gestão de risco operacional do Conglomerado do Société Générale Brasil (“CSGB”)   feita de forma contínuo e integrada quanto a governança, relatórios de monitoramento, treinamento e comunica o para garantir a eficácia dos processos, de acordo com as diretrizes do Grupo Société Générale na França, com as exigências da Basileia II, com a Resolu o 4.557/17 do Banco Central do Brasil e com a Política de Gestão Integrada de Riscos do Conglomerado do Société Générale Brasil.

A estrutura, prevista acima, deve também estar capacitada a identificar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da institui o, prevendo os

respectivos planos de contingências, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos de Terceiros do Conglomerado do Société Générale Brasil.

A atividade de gerenciamento do risco operacional   executada por um departamento específico, segregado da unidade executora e da atividade de auditoria interna.

Conforme a Resolu o CMN n  4.557 de 23 de fevereiro de 2017, o Banco identifica e monitora a sua exposi o ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avalia o de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basileia II (nota explicativa n  26); essa avalia o   revisada periodicamente e desencadeia planos de a o mitigantes a partir de um certo nível de exposi o; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iv) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de a o corretivas; v) controles de conformidade e de preven o   lavagem de dinheiro (“compliance”); vi) plano de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) campanhas de conscientiza o dos colaboradores.

Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comit  dedicado, no intuito de tomar as a o mitigantes consideradas necessárias.

Para efeito de aloca o de capital regulamentar, previsto no art. 1  da Circular n  3.640, de 04 de março de 2013, e alterada pela Circular n  3.675, de 31 de outubro de 2013, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

A divulga o das informa o consolidadas referentes   gestão de riscos,   apura o do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e   apura o do Patrimônio de Referência (PR) conforme requerido pela Circular BACEN no 3.678, de 31 de outubro de 2013, alterada pela Circular n  3.716, de 21 de agosto de 2014, estão publicadas em nosso site no endereço eletr nico [www.sgbrasil.com.br](http://www.sgbrasil.com.br), se o Gestão de Riscos.

## V. Risco de capital

O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada institui o financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avalia o de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade   realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitora o de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado prevendo:

I - mecanismos para a identifica o e avalia o dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados   diretoria e conselho de administra o;

II - plano de capital abrangendo o horizonte de três anos;

III - simula o de eventos severos e condi o extremas de mercado (testes de estresse) e avalia o de seus impactos no capital;

As informa o acima são formalizadas através de Planos de Capital de cada empresa e então submetidos ao COMITÊ DE GESTÃO DE CAPITAL, RISCOS DE LIQUIDEZ E MERCADO GRUPO (CGCRLMG).

O dimensionamento das Estruturas   adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e opera o, sendo a coordena o entre as Estruturas realizada através do CGCRLMG, que se reúne mensalmente.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Disponibilidades	66.807	37.059
Aplicações no mercado aberto	<u>8.227.012</u>	<u>4.568.247</u>
Total	<u><u>8.293.819</u></u>	<u><u>4.605.306</u></u>

## 6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	A vencer até 3			
Em 31 de dezembro de 2018	<u>meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>Total</u>
Aplicações no mercado aberto	9.332.515	-	-	9.332.515
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	1.060	1.959	3.019
Total	<u><u>9.332.515</u></u>	<u><u>1.060</u></u>	<u><u>1.959</u></u>	<u><u>9.335.534</u></u>

	A vencer até 3			
Em 31 de dezembro de 2017	<u>meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>Total</u>
Aplicações no mercado aberto	5.226.914	-	-	5.226.914
Total	<u><u>5.226.914</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>5.226.914</u></u>

## 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

### a) Classificação dos títulos e valores mobiliários por categoria:

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>Valor na curva</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor na curva</u>	<u>Valor de mercado</u>
Carteira própria:	492.190	492.741	880.212	902.278
Títulos para negociação:	384.012	384.537	688.001	697.025
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	15.198	15.204	31.808	31.822
Letras do Tesouro Nacional - LTN	253.345	253.774	442.762	443.359
Notas do Tesouro Nacional - NTN	115.469	115.559	213.431	221.844
Títulos disponíveis para venda:	108.178	108.204	192.211	205.253
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	8.226	8.229	7.377	7.380
Letras do Tesouro Nacional - LTN	99.952	99.975	184.834	197.873
Vinculados à prestação de garantias:	1.166.400	1.182.787	280.510	288.113
Títulos para negociação:	858.906	859.573	74.632	74.717
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	790	790	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	826.721	827.304	68.527	68.585
Notas do Tesouro Nacional - NTN	31.395	31.479	6.105	6.132
Títulos disponíveis para venda:	307.494	323.214	205.878	213.396
Letras do Tesouro Nacional - LTN	253.578	269.289	153.708	161.219
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	21.667	21.676	21.863	21.870
Cotas de fundos de investimento	32.249	32.249	30.307	30.307
Total	<u><u>1.658.590</u></u>	<u><u>1.675.528</u></u>	<u><u>1.160.722</u></u>	<u><u>1.190.391</u></u>



b) Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria disponível para venda:

Títulos disponíveis para venda		2018			
Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	29.893	29.905	12	(5)	7
Letras do Tesouro Nacional - LTN	353.530	369.264	15.734	(6.294)	9.440
Cotas de fundos de investimento	32.249	32.249	-	-	-
<b>Total</b>	<b>415.672</b>	<b>431.418</b>	<b>15.746</b>	<b>(6.298)</b>	<b>9.448</b>

  

Títulos disponíveis para venda		2017			
Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	29.240	29.250	10	(5)	5
Letras do Tesouro Nacional - LTN	338.542	359.092	20.550	(9.247)	11.303
Cotas de fundos de investimento	30.307	30.307	-	-	-
<b>Total</b>	<b>398.089</b>	<b>418.649</b>	<b>20.560</b>	<b>(9.252)</b>	<b>11.308</b>

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo.

A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

c) Composição por prazo de vencimento

	2018			2017		
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
Sem vencimento	-	-	-	-	30.307	30.307
A vencer até 3 meses	1.244.110	132.224	1.376.334	771.742	-	771.742
A vencer entre 3 e 12 meses	-	-	-	-	82.322	82.322
A vencer entre 1 e 3 anos	-	231.919	231.919	-	276.770	276.770
A vencer entre 3 e 5 anos	-	67.275	67.275	-	29.250	29.250
<b>Total</b>	<b>1.244.110</b>	<b>431.418</b>	<b>1.675.528</b>	<b>771.742</b>	<b>418.649</b>	<b>1.190.391</b>

d) Composição por emissor

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Títulos para negociação	1.244.110	771.742
Públicos	1.244.110	771.742
Governo Federal	1.244.110	771.742
Títulos disponíveis para venda	431.418	418.649
Públicos	399.169	388.342
Governo Federal	399.169	388.342
Privado	32.249	30.307
Cotas de fundos de investimentos	32.249	30.307
Total	<u>1.675.528</u>	<u>1.190.391</u>

e) Instrumentos financeiros derivativos

As instituições participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, principalmente, os de alta liquidez, os quais são avaliados ao valor de mercado entre as posições ativas e passivas. Demonstramos a seguir a relação dos derivativos por indexador:

e.1) “Swap” e NDF

Em 31 de dezembro de 2018

Indexador	Valor de referência		
	Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão	Curva	Mercado
CDI x DÓLAR	10.000	(853)	(837)
CDI x EURO	150.000	(6.492)	(5.853)
CDI x LIBOR U\$ 3M (Fluxo de caixa)	103.825	(5.235)	(5.832)
CDI x LIBOR U\$ 6M (Fluxo de caixa)	501.500	(51.350)	(50.589)
CDI x PRÉ	812.276	(26.820)	(78.328)
CDI x PRÉ (Fluxo de caixa)	82.668	(293)	(1.552)
DÓLAR (NDF)	1.125.589	6.467	4.198
DÓLAR x CDI	92.400	371	281
DÓLAR x CDI (Fluxo de caixa)	159.068	32.310	31.650
DÓLAR X LIBOR U\$ 3M (Fluxo de caixa)	97.257	(252)	(1.257)
EURO (NDF)	550.317	(11.110)	(873)
LIBOR U\$ 3M x Dólar (Fluxo de caixa)	542.060	336	(1.948)
LIBOR U\$ 6M x Dólar (Fluxo de caixa)	504.487	171	(3.191)
PRÉ (NDF)	2.546.962	(8.263)	3.644
PRÉ x CDI	3.046.478	(86.372)	(97.137)
PRÉ x DÓLAR	440.446	(32.459)	(10.439)
PRÉ x DÓLAR (Fluxo de caixa)	157.798	(44.473)	(34.196)
PRÉ X EURO	727.566	1.355	11.168
PRÉ X EURO (Fluxo de caixa)	585.537	8.826	21.260
PRÉ X LIBOR U\$ 3M (Fluxo de caixa)	341.085	13.785	13.623
Total	12.577.319	(210.351)	(206.208)

Em 31 de dezembro de 2017

Indexador	Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão		
	Balcão	Curva	Mercado
CDI x DÓLAR	196.578	(5.201)	(4.933)
CDI x EURO	60.000	(4.473)	(4.591)
CDI x IPCA	29.100	24.523	(533)
CDI x LIBOR	100.000	(351)	(232)
CDI x LIBOR (Fluxo de caixa)	36.500	170	210
CDI x PRÉ	667.798	(5.211)	(28.885)
CDI x PRÉ (Fluxo de caixa)	373.112	490	2.293
DÓLAR (NDF)	1.622.689	4.872	8.583
DÓLAR x CDI (Fluxo de caixa)	204.337	4.758	4.437
DÓLAR X LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	194.514	(83)	(1.849)
DÓLAR x PRÉ (Fluxo de caixa)	(237.134)	(16.946)	(23.133)
EURO (NDF)	848.285	(9.923)	(8.345)
IPCA x CDI	29.200	(24.601)	451
LIBOR US\$ 3M x Dólar (Fluxo de caixa)	194.514	91	1.907
LIBOR X DÓLAR (Fluxo de caixa)	36.520	(3)	(36)
PRÉ x CDI	2.119.577	14.632	1.303
PRÉ x DÓLAR	397.226	35.141	56.768
PRÉ x DÓLAR (Fluxo de caixa)	188.918	27.673	48.648
PRÉ X EURO	166.850	(20.926)	(19.213)
YEN (NDF)	18.842	(86)	81
Total	7.247.426	24.546	32.931

Opções flexíveis	2018		2017	
	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)
Compra de opção de compra	281.889	2.463	26.667	1.384
Compra de opção de venda	241.920	8.840	26.667	(1.384)
Venda de opção de compra	281.889	(2.463)	-	-
Venda de opção de venda	241.920	(8.840)	-	-
	1.047.618	-	53.334	-

Diferencial e prêmios a receber (pagar) – "Swap", NDF e Opções

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Curto prazo	202.412	234.256
Longo prazo	<u>356.562</u>	<u>296.644</u>
Saldo registrado no ativo:	<u><u>558.974</u></u>	<u><u>530.900</u></u>
Curto prazo	(283.527)	(227.973)
Longo prazo	<u>(481.655)</u>	<u>(269.996)</u>
Saldo registrado no passivo:	<u><u>(765.182)</u></u>	<u><u>(497.969)</u></u>
Diferencial líquido a receber/(pagar)	<u><u>(206.208)</u></u>	<u><u>32.931</u></u>

e.2) Mercado futuro

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>Valor dos contratos</u>	<u>Ajuste a receber (pagar)</u>	<u>Valor dos contratos</u>	<u>Ajuste a receber (pagar)</u>
Mercadoria				
DDI	15.052.920	(46.330)	7.690.046	(12.812)
DI	5.327.178	90	3.150.305	1.394
Dólar	<u>1.394.468</u>	<u>(3.652)</u>	<u>3.288.692</u>	<u>165</u>
Total	<u><u>21.774.566</u></u>	<u><u>(49.892)</u></u>	<u><u>14.129.043</u></u>	<u><u>(11.253)</u></u>

No Consolidado, os ajustes a receber das operações do mercado futuro foram registrados na conta “Outros créditos - Negociação e intermediação de valores”, e a pagar registrados na conta “Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores”. Vide nota explicativa nº 8.

O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais e cotas de fundos de investimentos, no montante de R\$ 301.538 (R\$ 120.201 em 2017).

Os contratos de “swap”, NDFs, opções e futuros têm os seguintes vencimentos em dias, com base nos valores referenciais:

Em 31 de dezembro de 2018	Valores referenciais					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total de contratos
“Swap”	887.384	1.925.231	4.013.742	1.235.673	292.422	8.354.452
NDFs	1.979.179	1.702.429	258.037	270.621	12.601	4.222.867
Futuros	12.352.622	4.284.086	4.028.713	1.031.431	77.714	21.774.566
Opções	-	113.337	934.281	-	-	1.047.618
Total	<u>15.219.185</u>	<u>8.025.083</u>	<u>9.234.773</u>	<u>2.537.725</u>	<u>382.737</u>	<u>35.399.503</u>

Em 31 de dezembro de 2017	Valores referenciais					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total de contratos
“Swap”	381.681	640.755	2.554.120	1.082.473	98.582	4.757.611
NDFs	891.091	670.266	574.781	334.561	19.116	2.489.815
Futuros	9.229.280	910.929	2.699.696	1.175.468	113.670	14.129.043
Opções	-	-	53.334	-	-	53.334
Total	<u>10.502.052</u>	<u>2.221.950</u>	<u>5.881.931</u>	<u>2.592.502</u>	<u>231.368</u>	<u>21.429.803</u>

Os instrumentos financeiros derivativos, apresentaram nos semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os seguintes resultados:

	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
NDF	127.528	176.955	14.946	50.909
Swap	64.858	(187.620)	25.834	(42.139)
Mercado futuro	(285.196)	1.016.687	(180.205)	(276.264)
Opções	-	-	-	(861)
Total	<u>(92.810)</u>	<u>1.006.022</u>	<u>(139.425)</u>	<u>(268.355)</u>

### e.3) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"

A estratégia de “hedge accounting” de fluxo de caixa das instituições é determinada com o objetivo de reduzir a volatilidade no resultado gerado pela contratação de empréstimos em dólar junto à Matriz e seu hedge realizado com instrumentos financeiros derivativos no mercado local. A estrutura visa mitigar os riscos devidos à variação de preços de moedas (variação cambial) e à variação das taxas de juros. A estrutura de “hedge”, composta pelo empréstimo – objeto de hedge e os derivativos – instrumentos de hedge, é assim categorizada, observadas as regras legais para a qualificação de “hedge”, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082.

As estruturas de “hedge” são montadas observando a liquidez do mercado, o alinhamento das datas de vencimentos dos derivativos com a dos empréstimos, alinhamento da quantidade de contratos de derivativos face o montante do empréstimo, reduzindo desta forma, o risco de não efetividade destas estruturas. A volatilidade gerada pela marcação a mercado dos derivativos é registrada no patrimônio líquido, sendo que a parcela não-efetiva é reclassificada para resultado.

A avaliação mensal da efetividade dessas estratégias é realizada através do método de análise regressiva. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

Os derivativos utilizados como instrumentos de “hedge” por indexador são representados como segue:

"Hedge" fluxo de caixa	2018		2017	
	Valores de Mercado (BRL)		Valores de Mercado (BRL)	
	USD	CDI	USD	CDI
Empréstimos	(420.463)	-	(446.622)	-
DDI	417.213	(395.526)	442.508	(466.704)
DI	-	361.509	-	441.816
Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)		44		(8.055)
Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa 40% (45% em 2017)		(18)		3.625

#### e.4) Cotas de fundo de investimento

As cotas de fundo de investimento estavam representadas por aplicações do Banco em um fundo de investimento multimercado cuja posição é demonstrada abaixo. A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia do risco sistêmico e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

	2018	2017
	Ativo/(Passivo)	
FI LIQUIDEZ CÂMARA BM&FBOVESPA MULTIMERCADO		
Quantidade cotas investidas pelo Banco	299.779,4947942	299.779,4947942
Participação	1,445%	1,445%
Saldo	32.249	30.307

## 8. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

### Ativo – Outros créditos

	2018	2017
<u>Operação:</u>		
Prêmio de opção	-	5
Total	-	5

### Passivo – Outras obrigações

	2018	2017
<u>Operação:</u>		
Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)	49.892	11.253
Provisão de comissão de clientes da carteira de câmbio	73	443
Movimentos de caixa a processar	-	11
Valores a liquidar	13.879	-
Total	63.844	11.707

## 9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

### a) Tipo de operação:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Empréstimos e títulos descontados	242.900	191.249
Financiamentos	<u>491.926</u>	<u>316.267</u>
Total das operações de crédito	<u>734.826</u>	<u>507.516</u>
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 12)	665.033	545.310
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 12)	16.298	11.570
Outros créditos – títulos e créditos a receber (nota explicativa nº 13)	<u>228.359</u>	<u>51.792</u>
Total de outros créditos	<u>909.690</u>	<u>608.672</u>
Total de operações de arrendamento mercantil (nota explicativa nº 10)	<u>603.312</u>	<u>903.656</u>
Total do risco da carteira	<u>2.247.828</u>	<u>2.019.844</u>

### b) Diversificação por atividade:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Setor privado:		
Indústria	1.004.933	801.040
Comércio	507.070	336.958
Instituições financeiras	182.486	206.038
Pessoas físicas	356	251
Prestação de serviços	249.119	198.479
Outros serviços	245.936	370.899
Setor público		
Governo federal	<u>57.928</u>	<u>106.179</u>
Total	<u>2.247.828</u>	<u>2.019.844</u>

### c) Vencimento:

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	Valor	%	Valor	%
Prazo:				
Vencidas	4.892	0,22	13.002	0,64
A vencer até 3 meses	333.180	14,82	274.755	13,61
A vencer de 3 a 12 meses	1.413.984	62,90	826.976	40,94
A vencer de 1 a 3 anos	436.451	19,42	892.048	44,16
A vencer de 3 a 5 anos	59.301	2,64	13.063	0,65
A vencer de 5 a 15 anos	20	0,00	-	-
Total	<u>2.247.828</u>	<u>100,00</u>	<u>2.019.844</u>	<u>100,00</u>



d) Concentração da carteira de crédito:

	2018		2017	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor	329.909	14,68	309.070	15,30
10 seguintes maiores devedores	1.148.767	51,11	1.030.441	51,02
20 seguintes maiores devedores	511.347	22,75	448.019	22,18
50 seguintes maiores devedores	179.895	8,00	166.506	8,24
100 seguintes maiores devedores	68.927	3,06	59.585	2,95
Demais devedores	8.983	0,40	6.223	0,31
Total	2.247.828	100,00	2.019.844	100,00

e) Nível de risco:

Nível	%	2018			2017		
		Curso Normal	Vencidos	Total	Curso Normal	Vencidos	Total
AA	0,00%	948.987	-	948.987	552.978	41	553.019
A	0,50%	742.857	173	743.030	826.411	44	826.455
B	1,00%	481.983	2.071	484.054	536.429	261	536.690
C	3,00%	22.998	260	23.258	32.724	166	32.890
D	10,00%	5.420	1.083	6.503	17.073	6.291	23.364
E	30,00%	5.148	136	5.284	15.208	1.052	16.260
F	50,00%	4.576	451	5.027	3.730	80	3.810
G	70,00%	3.117	301	3.418	-	-	-
H	100,00%	27.852	415	28.267	22.290	5.066	27.356
		2.242.938	4.890	2.247.828	2.006.843	13.001	2.019.844

f) Provisão por nível de risco:

Nível	2018		2017	
	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	948.987	-	553.019	-
A	743.030	3.715	826.454	4.132
B	484.054	4.842	536.690	5.367
C	23.258	699	32.890	986
D	6.503	652	23.364	2.336
E	5.284	1.585	16.260	4.878
F	5.027	2.513	3.811	1.905
G	3.418	2.393	-	-
H	28.267	28.267	27.356	27.356
Provisão mínima	2.247.828	44.666	2.019.844	46.960
Total		44.666		46.960

## 10. ARRENDAMENTO MERCANTIL

As operações de arrendamento financeiro são contratadas, principalmente, de acordo com a taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem.

O valor dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados pelos seus valores presentes, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

<b>Arrendamento financeiro:</b>	2018	2017
Arrendamentos a receber - setor privado	601.049	872.335
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado	(599.052)	(869.581)
Arrendamentos a receber - setor público	59.468	107.647
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público	(59.468)	(107.409)
Imobilizado de arrendamento, líquido de depreciação	426.218	698.871
Superveniência de depreciação	170.967	156.095
Perdas de arrendamento a amortizar líquidas	37.536	49.782
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 13 c)	(33.890)	(34.473)
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	<u>602.828</u>	<u>873.267</u>

### **Arrendamento operacional:**

	2018	2017
Arrendamentos a receber - setor privado	484	30.389
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(484)	(30.389)
Total	<u>-</u>	<u>-</u>

#### a) Bens Arrendados – Arrendamento Financeiro:

	Taxa anual de Depreciação (%)	2018	2017
Máquinas e equipamentos	14%	614.458	696.178
Equipamentos de informática	29%	416.032	514.231
Veículos e afins	29%	10.342	15.365
Aeronaves	29%	55.614	55.615
Superveniência de depreciação		170.967	156.095
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas		37.536	49.782
Depreciação acumulada		(670.228)	(582.517)
Total		<u>634.721</u>	<u>904.749</u>

b) Bens Arrendados – Arrendamento Operacional:

	Taxa anual de Depreciação (%)	2018	2017
Equipamentos de Informática	29%	10.056	48.829
Depreciação acumulada		(7.063)	(14.440)
Total		2.993	34.389

O seguro dos bens arrendados é efetuado pelos arrendatários, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

11. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	2018	2017
Saldo inicial	46.960	49.208
Constituição (Reversão)	8.164	14.635
Baixas	(10.458)	(21.451)
Incorporação (*)	-	4.568
Saldo final	44.666	46.960
Curto prazo	30.738	34.855
Longo prazo	13.928	12.105

(\*)Saldos incorporados no Banco, em virtude das incorporações do Banco Cacique, em 02/10/2017 e Societe Generale CCTVM, em 01/12/2017.

No consolidado, durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2018, houve recuperação de créditos anteriormente baixados contra provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 3.830. (R\$ 1.049 em 2017).

No consolidado o valor das operações de créditos e outros créditos renegociados durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2018 foi R\$ 0 (R\$ 0 em 2017).

## 12. CARTEIRA DE CÂMBIO:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	9.224.153	3.240.739
Direitos sobre venda de câmbio	8.109.367	3.729.019
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(151)	(100)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 a)	<u>16.298</u>	<u>11.570</u>
Total	<u><u>17.349.667</u></u>	<u><u>6.981.228</u></u>
Curto prazo	15.282.788	4.934.351
Longo prazo	<u>2.066.879</u>	<u>2.046.877</u>
Total	<u><u>17.349.667</u></u>	<u><u>6.981.228</u></u>
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	8.565.972	3.862.987
Obrigações por compra de câmbio	8.925.142	3.012.006
Adiantamentos sobre contratos de câmbio – exportação (nota explicativa nº 9 a)	<u>(665.033)</u>	<u>(545.310)</u>
Total	<u><u>16.826.081</u></u>	<u><u>6.329.683</u></u>
Curto prazo	14.672.455	4.301.455
Longo prazo	<u>2.153.626</u>	<u>2.028.228</u>
Total	<u><u>16.826.081</u></u>	<u><u>6.329.683</u></u>

## 13. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	570	522
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	867	-
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 22 c)	-	3.625
Devedores por depósitos em garantia (*)	435.169	428.542
Devedores por compra de valores e bens a prazo	240	-
Impostos e contribuições a compensar	92.016	78.743
Títulos e créditos a receber (nota explicativa nº 9 a) (***)	228.359	51.792
Títulos e créditos a receber - sem características de crédito	185.841	-
Valores a receber de ligadas (nota explicativa nº 23 a)	2	2
Devedores diversos no exterior ligadas - partes relacionadas (**)	944	5.582
Devedores diversos no País	17	19
Outros	938	1.457
<b>Total</b>	<b>944.963</b>	<b>570.284</b>
Curto prazo	401.913	110.591
Longo prazo	543.050	459.693
<b>Total</b>	<b>944.963</b>	<b>570.284</b>

(\*) Refere-se, basicamente, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda sobre operações de “Box quatro pontas”, totalizando R\$ 58.624 em dezembro de 2018 (R\$ 56.644 em 2017), pedidos de compensação de IRRF no montante de R\$ 37.047 (R\$ 35.263 em 2017), a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 135.309 (R\$ 128.377 em 2017), processos trabalhistas e cíveis, oriundos do Banco Cacique, no montante de R\$ 64.342 (R\$ 75.500 em 2017). Processos referentes a desmutualização da BM&FBOVESPA em R\$ 99.894 (R\$ 94.878 em 2017).

(\*\*) Refere-se a serviços prestados pelo Banco no exterior (nota explicativa nº 23 a).

(\*\*\*) Refere-se a aquisição de créditos cedidos sem coobrigação.

#### b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:

	2018	2017
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	55.581	99.670
Impostos e contribuições a recolher	4.401	4.724
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 22 e)	80.020	116.665
<b>Total</b>	<b>140.002</b>	<b>221.059</b>
Curto prazo	88.410	152.671
Longo prazo	51.592	68.388
<b>Total</b>	<b>140.002</b>	<b>221.059</b>

#### c) Outras obrigações - diversas:

	2018	2017
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15. i) (**)	194.314	175.101
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15. i)	143.038	179.580
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15. i)	28.043	31.146
Provisão com despesas de pessoal	20.268	19.014
Provisão para despesas de publicação	204	122
Provisão para pagamentos a fornecedores	1.921	1.822
Provisão para pagamentos a fornecedores de bens objeto de arrendamento	233	-
Provisão para despesas de advogados	2.279	41
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 10)	33.890	34.473
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa nº 23 a)	36.424	84
Provisão para despesas de auditoria	696	194
Provisão para despesas de serviços técnicos especializados	693	2.354
Provisão para garantias prestadas (*)	128	2.271
Fundo de reserva de financiamento	28.834	22.365
Fundo garantidor de crédito	31	60
Credores diversos no País - fianças	-	1.001
Outras	1.434	817
Total	<u>492.430</u>	<u>470.445</u>
Curto prazo	90.583	72.340
Longo prazo	401.847	398.105
Total	<u>492.430</u>	<u>470.445</u>

(\*) Refere-se a responsabilidade por fianças e garantias prestadas a terceiros totalizando em 31 de dezembro de 2018 R\$ 560.617 (R\$ 223.171 em 2017).

(\*\*) Reclassificação para nota de outras obrigações - diversas, devido alteração de cosif conforme Carta Circular 3.782 do BACEN.

#### 14. DESPESAS ANTECIPADAS

	2018	2017
Comissões (*)	1.831	1.643
Total	<u>1.831</u>	<u>1.643</u>
Curto prazo	713	171
Longo prazo	1.118	1.472
Total	<u>1.831</u>	<u>1.643</u>

(\*) Referem-se, principalmente, a serviços pagos antecipadamente contratação de financiamento, sendo as despesas apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo dos contratos em carteira.

#### 15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

As instituições provisionam integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras e atualização de acordo com a legislação vigente.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

i. Saldos dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis constituídos

	2018	2017
Riscos fiscais (nota explicativa nº 13 c)	194.314	175.101
Riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 c)	143.038	179.580
Riscos cíveis (nota explicativa nº 13 c)	28.043	31.146
Total	<u>365.395</u>	<u>385.827</u>

ii. Movimentação dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Em 31 de dezembro de 2018

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	175.101	179.580	31.146	385.827
Constituição (**)	19.485	5.760	727	25.972
Baixas	1	-	-	1
Reversão (***)	(5.960)	(43.184)	(4.710)	(53.854)
Atualização (Nota Explicativa nº 26)	5.687	882	880	7.449
Saldo final	<u>194.314</u>	<u>143.038</u>	<u>28.043</u>	<u>365.395</u>
Devedores por depósitos em garantia (Nota explicativa nº 13 a)	364.388	64.342	6.439	435.169

Em 31 de dezembro de 2017

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	204.963	119.944	16.563	341.470
Eliminação Pecunia / incorporações				
Cacique e CCTVM (*)	(41.526)	82.858	(3.703)	37.629
Constituição (**)	13	1.535	17.600	19.148
Baixas	-	1	-	1
Reversão (***)	-	(24.897)	-	(24.897)
Atualização (Nota Explicativa nº 26)	11.651	139	686	12.476
Saldo final	175.101	179.580	31.146	385.827

Devedores por depósitos em garantia

(Nota explicativa nº 13 a)	352.904	67.414	8.224	428.542
----------------------------	---------	--------	-------	---------

(\*) Ajuste decorrentes da venda do Banco Pecunia S/A e constituição de provisões nas incorporadas Banco Cacique S/A e CCTVM.

(\*\*) Nota explicativa nº 26. Em 2018, houve registro de provisão no valor de 16.624 para equiparação entre provisão e depósito judicial para os casos com probabilidade de perda provável. Para riscos cíveis, 2017, houve constituição de provisão de R\$ 17.600 no Banco Societe Generale.

(\*\*\*) Nota explicativa nº 25. Em riscos trabalhistas, houveram reversões de R\$ 43.184 em 2018 de R\$ 24.897 em 2017, de valores provisionados referentes a incorporada Banco Cacique S/A.

iii. Detalhamento dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

Em 31 de dezembro de 2018

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a)	176.955	194.314	167.217	143.038	28.043	28.043
Perdas possíveis (b)	278.988	-	656.890	-	18.211	-
Perdas remotas	59.646	-	36	-	1.280	-
Total	515.589	194.314	824.143	143.038	47.534	28.043



Em 31 de dezembro de 2017

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a)	175.101	175.101	202.201	179.580	31.146	31.146
Perdas possíveis (b)	240.736		692.530	-	26.360	
Perdas remotas	45.121	-	7.734	-	16.674	-
Total	460.958	175.101	902.465	179.580	74.180	31.146

#### Contingências fiscais e obrigações legais:

Referem-se a obrigações legais e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Conglomerado, sendo os principais temas discutidos:

#### (a) Passivos contingentes classificados como risco de perda provável e obrigações legais

Cobrança administrativa de contribuição para o FINSOCIAL referente ao período de abril de 1991 a março de 1992 – em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$ 897 (R\$ 4.076 em 2017). Em dezembro de 2018 houve reversão parcial no valor de R\$ 3.233 devido ao encerramento de um dos processos que compõem a cobrança administrativa;

- Alargamento da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS pela Lei 9.718/98 – em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$ 113.700 (R\$ 109.616 em 2017) para o Banco e a incorporada CCTVM;
- Exigibilidade de IRPJ sobre operação financeira (“Box quatro Pontas”) realizada em 1993 – em 31 de dezembro de 2018, totalizou R\$ 43.040 (R\$ 42.427 em 2017) .
- Auto de Infração que discute a dedutibilidade de prejuízos em operações Day-Trade nas bases de IRPJ e CSLL em 1993 da incorporada CCTVM – em 31 de dezembro de 2018, totalizou R\$ 8.534 (R 8.413 em 2017).
- Em 30 junho de 2018 foi criada provisão, no montante de R\$ 16.624, para registrar a diferença contábil nos depósitos judiciais e provisões para os casos com possibilidade de perda provável, em que o valor do depósito será automaticamente convertido em renda para a União. A diferença objeto do ajuste refere-se aos critérios aplicados na atualização dos depósitos frente aos de provisionamento. O valor desta provisão atualizado em 31 dezembro de 2018 é de R\$ 17.359.

#### (b) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

- Pedidos de compensação de IRRF – em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$ 37.047 (R\$ 35.263 em 2017);
- Autos de infração da Receita Federal do Brasil lavrados contra a controlada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio, com serviços prestados por terceiros e omissão de ganhos auferidos na desmutualização das ações CETIP referente aos anos de 2008 e 2009 – em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$ 51.139 (R\$ 49.329 em 2017);

- Cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA), para as quais foram previamente efetuados depósitos judiciais, conforme notas explicativas nº 13 e 15 ii - em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$ 119.289 (R\$ 112.297 em 2017);
- Auto de infração da Receita Federal do Brasil em dezembro de 2018 lavrado contra incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio referente aos anos de 2013 a 2017 no montante de R\$ 30.526.

#### Trabalhistas:

Referem-se à provisão para processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras, bem como seus reflexos. Há também ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas rescisórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base histórica dos pagamentos efetuados. As ações trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na Lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Para os processos oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos cinco anos.

#### Cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Para as ações cíveis de caráter indenizatório (danos morais), oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos dois anos. Os processos administrativos sancionadores referem-se às investigações e/ou procedimentos instaurados pelos Órgãos da Administração Pública, que têm a função de regular e fiscalizar as atividades do mercado financeiro, e que visam a apuração de condutas supostamente irregulares.

## 16. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Cacique Promotora de		Cobracred		Total	
	Vendas Ltda.		Cobrança			
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Informações das controladas:						
Capital social	-	-	-	-	-	-
Quantidade de cotas	-	-	-	-	-	-
Participações - %	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Movimentação dos investimentos:						
Saldos em 31 de dezembro	-	45.065	-	8	-	45.073
Incorporação do investimento (nota explicativa nº 1)	-	(45.065)	-	(8)	-	(45.073)
Saldos em 31 de dezembro	-	-	-	-	-	-

## 17. DEPÓSITOS

	Depósitos à vista		Depósitos a prazo		Depósitos interfinanceiros		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Sem vencimento	6.185	13.085	-	-	-	-	6.185	13.085
Até 3 meses	-	-	12.416	9.466	-	152.805	12.416	162.271
De 3 meses a 1 ano	-	-	405.089	290.268	-	-	405.089	290.268
De 1 a 3 anos	-	-	8.955	139.975	-	-	8.955	139.975
De 3 a 5 anos	-	-	22	699	-	-	22	699
<b>Total</b>	<b>6.185</b>	<b>13.085</b>	<b>426.482</b>	<b>440.408</b>	<b>-</b>	<b>152.805</b>	<b>432.667</b>	<b>606.298</b>

## 18. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	Carteira de terceiros		Carteira de livre movimentação		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
A vencer até 3 meses	445.109	801.959	118.265	276.084	563.374	1.078.043
<b>Total</b>	<b>445.109</b>	<b>801.959</b>	<b>118.265</b>	<b>276.084</b>	<b>563.374</b>	<b>1.078.043</b>

## 19. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	2018		2017	
	Patrimonial	Resultado	Patrimonial	Resultado
<b>Empréstimos:</b>				
Obrigações por empréstimos no País	5.240	(502)	7.294	(1.059)
Obrigações em moeda estrangeiras - exportação e importação (a)	688.889	(165.773)	492.125	(5.101)
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (b)	8.517.580	(850.692)	3.566.323	(251.317)
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	1.402.135	(170.305)	1.252.585	(104.121)
<b>Subtotal</b>	<b>10.613.844</b>	<b>(1.187.272)</b>	<b>5.318.327</b>	<b>(361.598)</b>
<b>Repasse do País</b>				
Finame	1.811	(90)	5.061	(220)
<b>Repasse do exterior</b>				
Obrigações por repasse no exterior (d)	157	(485)	325	(167)
<b>Total</b>	<b>10.615.812</b>	<b>(1.187.847)</b>	<b>5.323.713</b>	<b>(361.985)</b>
Curto prazo	10.219.981		4.674.903	
Longo prazo	395.831		648.810	
<b>Total</b>	<b>10.615.812</b>		<b>5.323.713</b>	

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com Société Générale-New York com vencimentos até 2019 e para aplica o em desconto de letras de exporta o, pr -financiamentos de exporta o e financiamentos de importa o, incorrendo em varia o cambial, acrescida de juros de até 2,89% ao ano em 2018 (2,12% ao ano em 2017).

(b) São representadas por empréstimos em moeda estrangeira com a matriz do Banco, no exterior, vencíveis em 2019, sujeitos   varia o cambial e juros de até 2,5% ao ano em 2018 (1,75% ao ano em 2017).

(c) Referem-se a empréstimos, centralizados com a Société Générale-Paris, Société Générale-New York e Inter-American Development Bank, com vencimentos até 2021, sujeitos   varia o cambial e a juros de até 3,93% ao ano em 2018 (3,93% ao ano em 2017).

(d) São representados por obrigações em moeda estrangeira, com a matriz do Banco, no exterior, com vencimento até 2019, sujeitos à variação cambial e juros de até 1,6% ao ano em 2018 (1,6% ao ano em 2017).

Para os empréstimos que foram feitos “hedges” de fluxo de caixa (nota explicativa nº 7 e.3) com derivativos no mercado futuro de “DDI” e “DI”, houve marcação a mercado no Banco com ajuste favorável de R\$ 7.349 (em 2017 desfavorável em R\$ 187).

A Controlada SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil, no curso normal de seus negócios, possui operações denominadas em moeda estrangeira, decorrentes de obrigações por empréstimos, captados junto à matriz no exterior do grupo Société Générale – Paris, com vencimentos até 2022, sujeitos   variação cambial e juros de até 4,51% ao ano, e que estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos.

Em 4 de Dezembro de 2013, a Sociedade captou empréstimo com o Banco KFW IPEX-Bank GmbH, no montante de R\$ 97.211, com taxas praticadas no mercado e vencimento em 6 de novembro de 2017.

Em 24 de novembro, a Sociedade captou empréstimo com o International Finance Corporation – IFC, no montante de R\$ 66.085, com taxas praticadas no mercado e vencimento em 15 de outubro de 2022.

## 20. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Descontos obtidos a diferir (*)	10.084	21.287
Comissão de opera�o em moeda estrangeira	<u>1.081</u>	<u>1.886</u>
Total	<u>11.165</u>	<u>23.173</u>

(\*) refere-se ao diferimento de desconto comercial obtido junto aos fornecedores, oriundos de opera es de arrendamento mercantil.

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.956.929, estava representado por a es, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no exterior, composto da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A�es ordinárias	508.474	508.474
A�es preferenciais	<u>508.474</u>	<u>508.474</u>
Total	<u>1.016.948</u>	<u>1.016.948</u>

### b) Dividendos

Conforme previsto no estatuto das institui es,   assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. O Conselho de Administra o, através de Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribui o de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

### c) Aumento de capital

Em 13 de março de 2017, houve aumento de capital de R\$ 10.000, mediante emissão de 49.053 novas

ações ordinárias nominativas, na controlada Banco Cacique S.A., passando o capital a ser de R\$ 809.579 e o total de 1.240.445 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 20 de março de 2017. Em 01 de agosto de 2016, houve a Cisão Parcial do Banco Pecúnia, com versão da parcela cindida para o Banco Cacique S.A., que teve o capital social aumentado em R\$ 6.061, líquido dos valores da reserva de capital e reserva de reavaliação, com emissão de 27.248 ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$ 799.579 e o total de 1.191.392 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 12 de setembro de 2016. Em 12 de fevereiro de 2016, houve aumento do Capital Social de R\$ 45.000, representado por 1.639.644 ações, na controlada SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil, passando assim para um total de 4.897.002 ações, mediante a emissão de 819.822 ações ordinárias e 819.822 ações preferenciais. Este aumento do Capital Social foi aprovado pelo Bacen em 16 de fevereiro de 2016. Em 02 de fevereiro de 2016, houve aumento de capital de R\$ 60.000, mediante emissão de 269.760 novas ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$ 793.518 e o total de 1.164.144 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 12 de fevereiro de 2016.

#### d) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% (vinte por cento) do capital social, ou poderá deixar de ser constituída no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social, conforme previsto no art. 193 da Lei 6.404/76.

## 22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias	11.764	31.327	11.764	31.327
Alíquota vigente	25%	25%	20% (*)	20% (*)
Receita (despesa) crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(2.942)	(7.832)	(2.351)	(6.265)
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:				
-Resultado de participações em coligadas e controladas	-	(24.941)	-	(19.953)
-Ajustes de preços de transferência para exterior	(3.726)	(434)	(2.981)	(347)
-Juros indedutíveis Lei 12.249/10	(15.497)	(6.910)	(12.398)	(5.528)
-Incentivo fiscal	(625)	(389)	(501)	(311)
-Outras despesas não dedutíveis	1.636	1.776	(302)	(295)
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais:				
Diferenças temporárias (a)				
-Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	4.926	(1.683)	3.942	(1.346)
-Ajuste a valor de mercado – TVM e derivativos	(12.048)	2.304	(9.640)	1.843
-(Provisão)/Reversão para despesas com SG Paris	(76)	(70)	(60)	(55)
-Provisão/(Reversão) para devedores duvidosos	(2.025)	(3.566)	(1.620)	(2.853)
-Provisão para publicação de balanço	(4)	(10)	(1)	(7)
-Provisão para Transfer Price Agreements	(5.742)	-	(4.594)	-
-Exclusão de receitas com atualização de depósitos judiciais	2.966	4.156	2.373	3.325
-(Provisão)/Reversão de bônus e PLR	(302)	(134)	(240)	(108)
-Honorários advocatícios	291	90	233	71
-Provisão para realização de ativo	-	48	-	38
-Provisão Garantias	535	3.987	429	3.189
-Outras diferenças temporárias	4.025	4.687	9	(9)
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas exercícios anteriores	720	-	-	-
prejuízo fiscal e base negativa apurados no período	-	(1.948)	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social no período	(27.888)	(30.869)	(27.702)	(28.611)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	15.713	(6.068)	17.996	(1.265)
Ajustes de imposto de renda e da contribuição social de outros exercícios	26.132	(2.148)	15.917	(1.344)
Total de imposto de renda e contribuição social	13.957	(39.085)	6.211	(31.220)

(\*) Em outubro de 2015 entrou em vigor a Lei nº 13.169/15, que elevou a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) de instituições financeiras de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. Para apurar a parcela da base da contribuição social sujeita a nova alíquota, dentro do exercício, o banco efetuou o cálculo estabelecido pela instrução normativa RFB nº 1.591 de novembro de 2015.

b) O Grupo possui prejuízos fiscais em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 133.996 (R\$ 102.271 em 2017) e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 634.894 (R\$ 624.861 em 2017) , sobre os quais não foram contabilizados imposto de renda (25%) e contribuição social (15% em dezembro de 2018 e 20% em dezembro de 2017) diferidos no montante de R\$ 293.608 (R\$ 309.989 em 2017) e, conservadoramente, não reconheceu contabilmente esse ativo fiscal diferido, o qual será contabilizado quando o estudo técnico demonstre a capacidade de sua recuperação, em atendimento à Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

c) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Ativo - Imposto de renda

	2.018	2.017
Diferenças temporárias:	-	8.055
Ajuste a valor de Mercado-"hedge-cash flow hedge"	-	8.055
Total	-	8.055
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Crédito tributário constituído	-	2.014

Ativo - Contribuição social

Diferenças temporárias:	-	8.055
Ajuste a valor de Mercado-"hedge-cash flow hedge"	-	8.055
Total	-	8.055
Alíquota de contribuição social	15%	20%
Crédito tributário constituído	-	1.611

Total crédito tributário constituído (nota explicativa nº 13 a)	-	3.625
---	---	-------



d) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias:

	2018	2017
Saldo inicial	3.625	5.300
Incorporação CCTVM(*) - Baixas CTs	-	(4.352)
Adições	-	2.677
Baixas	(3.625)	-
Saldo final	<u>-</u>	<u>3.625</u>

(\*) efeito dos Créditos Tributários baixados em 30/06/2017 na Incorporada CCTVM.

e) Movimentação do imposto de renda diferido passivo:

	2018	2017
Saldo inicial	116.665	102.005
Incorporação CCTVM e Cacique (**)	-	1.382
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- para negociação	(21.279)	(4.450)
Marcação a mercado-hedge-cash flow hedge	18	-
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos - disponiveis para venda	(2.953)	5.942
Receitas com atualização de depósitos judiciais	(16.149)	7.298
Realização de superveniência de depreciação	3.718	4.488
Saldo final (Nota explicativa nº 13 b)	<u>80.020</u>	<u>116.665</u>

(\*\*) Ajustes decorrentes das incorporações Banco Cacique S/A e CCTVM.

f) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, segundo o qual há expectativa de geração de resultados futuros positivos:

Valor contábil  
Imposto de renda e contribuição  
social sobre diferenças temporárias

<u>Ano</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
2018	-	3.625
Total	-	3.625

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 3.394 em 31 de dezembro de 2017.

### 23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são assim resumidas:

- a) As transações com controladores, controladas e outras partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

Contraparte	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2018	2017	2018	2017
Société Générale - Nova York:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	53.582	-	-	-
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	-	72
Obrigações em moeda estrangeira	(688.889)	-	(165.773)	-
Obrigações por empréstimos do exterior	(334.539)	(98.567)	(44.657)	(5.825)
Société Générale - Paris:				
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	-	(9.467)
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	6.672	-	-	3.981
Devedores diversos no exterior (*)	944	5.582	-	-
Credores diversos no exterior (**)	(36.424)	(84)	(50)	(27)
Obrigações em moeda estrangeira	(8.517.580)	(3.566.323)	(850.692)	(13.864)
Obrigações por empréstimos do exterior	(980.338)	(960.627)	(117.848)	(53.370)
Obrigações por repasses do exterior	(157)	(325)	(485)	-
Outras obrigações - diversas	-	-	-	1.196
Société Générale - Cayman:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	-	-	-	201
Obrigações por empréstimos do exterior	-	(80.144)	-	-
Obrigações em moeda estrangeira	-	(492.125)	-	(9.846)
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas	2	2	22	22
Depósitos à vista	(15)	(39)	-	-
Depósitos a prazo	(2.661)	(2.560)	(162)	(240)
Ald Automotive Ltda.				
Depósitos à vista	(896)	(541)	-	-
Depósitos a prazo	-	-	(298)	(1.345)
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	(32.643)	79.785	(73.409)	345.336
Resumo por conta:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	60.254	-	-	4.182
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	-	(9.395)
Depósitos à vista	(911)	(580)	-	-
Depósitos a prazo	(2.661)	(2.560)	(460)	(1.585)
Devedores diversos no exterior (*)	944	5.582	-	-
Valores a receber de sociedades ligadas	2	2	22	22
Obrigações em moeda estrangeira	(9.206.469)	(4.058.448)	(1.016.465)	(23.710)
Credores diversos no exterior (**)	(36.424)	(84)	(50)	(27)
Obrigações por empréstimos do exterior	(1.314.877)	(1.139.338)	(162.505)	(59.195)
Obrigações por repasses do exterior	(157)	(325)	(485)	-
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	(32.643)	79.785	(73.409)	345.336
Outras obrigações - diversas	-	-	-	1.196
	(10.532.942)	(5.115.966)	(1.253.352)	256.824

(\*) Nota explicativa nº 13 a

(\*\*) Nota explicativa nº 13 c

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	2018	2017
Proventos	7.883	5.792
Contribuição ao INSS	1.800	1.522
Total	9.683	7.314

Outras informações

I - Conforme a legislação em vigor, as instituições não concedem empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

## II - Participação acionária

A participação acionária do Banco está apresentada da seguinte forma:

	2018			2017		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Société Générale-Paris	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948
Total de ações	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948

	<u>2º semestre</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas de água, energia e gás	46	104	133
Despesas de material	85	143	131
Despesas de serviços técnicos especializados	6.132	13.381	14.504
Despesas de processamento de dados	4.140	7.964	7.697
Despesas de serviços do sistema financeiro	6.228	13.040	21.061
Despesas de aluguéis	1.976	4.252	4.355
Despesas de serviços de terceiros	825	1.709	1.523
Despesas de manutenção e conservação de bens	378	770	850
Despesas de comunicações	760	1.601	1.481
Despesas de contribuições filantrópicas	1.804	2.288	2.031
Despesas de serviços de vigilância e segurança	63	126	124
Despesas de arrendamento	15	30	31
Despesas de seguros	224	247	217
Despesas com entidades de classe	376	826	725
Despesas de propaganda e publicidade	71	137	149
Despesas de publicações	152	223	92
Despesas de transportes	262	757	459
Despesas de promoções e relações públicas	1.063	1.384	1.656
Despesas de viagem	971	1.999	1.321
Despesas de depreciação e amortização	990	2.019	1.733
Despesas com contingências cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	890	890	-
Despesas com auditoria	595	905	859
Despesas com custas judiciais	7.517	13.821	1.606
Despesas com prestação de serviços corporativos - exterior	32	73	21
Despesas com consultoria jurídica	3.516	7.577	-
Despesas pós incorporação de controlada	98	98	-
Outras	450	1.017	1.111
Total	<u>39.659</u>	<u>77.381</u>	<u>63.870</u>

## 25 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>2º semestre</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Recuperação de encargos e despesas	-	-	32
Reversão de provisão de prestação de serviços no exterior	-	537	-
Reversão de provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	3.561	5.960	-
Reversão de provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	20.429	43.184	24.897
Reversão de provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	2.302	4.710	-
Atualização de créditos tributários	1.100	1.779	738
Atualização de depósitos judiciais	7.721	15.711	16.500
Atualização de depósitos trabalhistas	1.646	3.016	1.045
Atualização de depósitos cíveis	147	304	98
Atualização de contingências fiscais	24	24	98
Atualização de provisão de execução de sucumbência	-	-	23
Juros e multas	2.164	2.541	2.385
Reversão de provisão despesas de publicação	61	61	-
Reversão de provisão para pagamento de PPR	1.726	2.158	-
Receitas com cancelamento de contratos	-	22	-
Receitas pós incorporação de controlada	493	867	-
Prestação de serviços para o exterior	-	23	-
Levantamento depósitos judiciais	-	-	3
Variação monetária	15.073	15.079	2.545
Reversão de provisão de PIS COFINS	-	38	-
Reversão de provisão de plano de ações	-	347	-
Reversão de provisão de verbas indenizatórias	-	284	765
Reversão provisão de despesas com auditoria externa	31	31	-
Reversão de provisão de execução de sucumbência	-	-	694
Receita sobre depósito judicial	478	478	-
Reversão de garantias prestadas	3.929	3.929	3.858
Reversão de provisão de garantias recebidas	-	96	13.075
Doações	-	100	-
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	-	3.830	1.049
Outras receitas operacionais	293	557	503
Total	<u>61.178</u>	<u>105.666</u>	<u>68.308</u>

## 26 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2º semestre</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prestação de serviços no exterior	36.464	36.464	21
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	2.861	19.485	13
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	3.230	5.687	11.651
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	3	5.760	1.535
Atualização de riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	697	882	139
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	-	727	17.600
Atualização de riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	503	880	686
Provisão para pagamento de gratificação	1.800	2.293	294
Provisão para despesas com publicação	20	62	75
Provisão de serviços técnicos	300	300	-
Provisão de garantias recebidas	-	-	23
Descontos concedidos	129	674	1.175
Variação cambial	26.739	31.723	21.256
Provisão para despesas com auditoria	339	339	-
Provisão para Garantias prestadas	1.122	1.881	964
Despesas com depósitos judiciais	4	2.430	1.431
Provisão de execução de sucumbência	-	-	671
Atualização de provisão de execução de sucumbência	-	-	23
Outras	79	207	322
Total	<u>74.290</u>	<u>109.794</u>	<u>57.879</u>

(\*) Provisão aplicada de acordo com metodologia estabelecida pela Resolução CMN 3.721/09 que qualifica as operações de garantias, avais e fianças prestadas como risco de crédito. Os valores de risco de crédito incorridos pelo Banco foram calculados pelos valores nominais garantidos atualizados para reais quando definidos em moeda estrangeira, deduzidos dos montantes das contra garantias emitidas por nossa Matriz.

## 27 LIMITES OPERACIONAIS

### Acordo da Basiléia

O BACEN divulgou diversos Comunicados que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basiléia (Basiléia III), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar.

Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de Outubro de 2013; entre eles constam:

- Resolução nº 4.193/13, nº 4.194/13 e nº 4.192/13- definem o Patrimônio de Referência Exigido (PRE);
- Circular nº 3.634/13 a nº 3.641/13, e nº 3.644/13 e nº 3.645/13 - define a Parcela de RWA;
- Circulares nº 3.634/13 a nº 3.647/13 - definem a exposição às parcelas de Juros (RWAjur-1 a RWAjur-4), Ações (RWAacs), “Commodities” (RWAcom) e Câmbio (RWAcam);
- Resolução nº 4.193/13 - define a Parcela de Risco Operacional (RWAopad)

### Apuração dos limites de Basiléia – Consolidado

	Sigla	Cálculo pelo critério atual (Basileia II)	
		2018	2017
		Patrimônio Líquido de Referência (ajustado)	PR
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	538.900	450.150
Parcela do Risco das Posições “Banking Book”	RBAN	32.913	5.790
Valor da margem		<u>780.020</u>	<u>861.383</u>

Parcelas que compõem o PRE

Parcela	2018		2017	
	Totais	% de consumo do PR	Totais	% de consumo do PR
RWACPAD	314.153	23%	294.134	22%
RWACAM	7.613	1%	6.011	0%
RWAJUR1	43.978	3%	10.937	1%
RWAJUR2	130.582	10%	103.563	8%
RWAJUR3	977	0%	1.770	0%
PACS	-	0%	28	0%
RWAOPAD	41.597	3%	33.707	3%

• Extrapolação

	2018	2017
Índice alcançado	21,64%	27,07%

## 28 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Société Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remunera o variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Société Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em a es.

Os planos são classificados como pagamentos baseados em a es com liquida o em a es. Os planos de a es livres e diferidas são liquidados com entrega de a es do Société Générale (França).

A seguir, demonstramos os valores de posi o e moviment o dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, contabilizados na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.



	2018	2017
Plano de ações livres (*)	448	377
Plano de ações diferidas (**)	1.847	1.917
Total	<u>2.295</u>	<u>2.294</u>
Saldo no início do semestre	2.294	2.018
Constituição	348	276
Reversão	<u>(347)</u>	<u>-</u>
Saldo no fim do semestre	<u>2.295</u>	<u>2.294</u>

## 29 OUTRAS INFORMAÇÕES

### a. Plano de pensão

A partir do exercício de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade contribuição definida, o qual é administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R\$ 911 (R\$ 857 em 2017) e pelos funcionários R\$ 1.238 (R\$ 996 em 2017).

\*\*\*\*\*